

ENTRE ESTUDAR E TRABALHAR: A EVASÃO ESCOLAR COMO PROBLEMA COMPLEXO

BETWEEN WORK AND STUDY: TRUANCY AS A COMPLEX PROBLEM

Silvio Ricardo Lima Silva¹, Xênia de Castro Barbosa^{2*}, Josélia Fontenele Batista³

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/ProfEPT
2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/Campus Porto Velho Calama.
3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/Campus Porto Velho Calama.

* Autora correspondente: e-mail xenia.castro@ifro.edu.br

RESUMO

Com o presente trabalho almeja-se comunicar as reflexões estabelecidas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Educação Profissional e Evasão: Um olhar sobre o curso Técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia”, desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT no IFRO – Campus Porto Velho Calama. O estudo teve como foco a investigação acerca da problemática da evasão escolar no Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica do IFRO - Campus Porto Velho Calama, foi desenvolvido no recorte empírico da referida unidade educacional, considerando a delimitação temporal compreendida entre 2015 a 2018. O objetivo geral do estudo foi analisar, com base nos indicadores institucionais, os principais fatores relacionados à evasão escolar no referido curso. O estudo que subsidiou as reflexões aqui apresentadas foi desenvolvido em abordagem qualitativa, configurando-se como estudo exploratório-descritivo. A coleta de dados foi realizada com base em pesquisa bibliográfico-documental e empiricamente, por meio de questionário aplicado a gestores, tabulados com base em Escala de tipo Lickert. A teoria central que embasou as análises da presente pesquisa foi Teoria da Complexidade, dado seu potencial de possibilitar uma leitura crítica e abrangente do problema. Os resultados indicaram que a evasão escolar é um problema inscrito sob o signo da complexidade - o que envolve fatores intraescolares e extraescolares.

Palavras-chave: Ensino. Educação Profissional. Evasão escolar.

ABSTRACT

With the present work aims to communicate the ideas set out in the framework of the research project entitled "Professional Education and avoidance: A look into the technical course of electrotechnique subsequent to the middle of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia", developed in the context of the Masters Program in Vocational and Technological Education - ProfEPT IFRO – in Campus Porto Velho Calama. The study had as its focus the investigation on the problem of school dropout in subsequent Technical Course in the Electrotechnics of IFRO - Campus Porto Velho Calama, was developed in the clipping of empirical educational unit, whereas the temporal delimitation between 2015 to 2018. The general objective of the study was to analyze, on the basis of institutional indicators, the main factors related to school dropout in that course. The study that subsidized the reflections presented here was developed in a qualitative approach, configuring it as exploratory-descriptive study. The data collection was performed based on bibliographic and documental research and empirically, by means of a questionnaire applied to managers, tabulated based on Lickert scale type. The central theory that embased the analyzes of the present study was of Complexity Theory, given its potential to enable a critical reading and comprehensive problem. The results indicated that truancy is a problem entered under the sign of the complexity - which involves intraescolares and cultural factors.

Key words: Teaching. Professional Education. Truancy.

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO foi criado em 2008, por meio da Lei. n. 11. 892, de 29 de dezembro de 2008, tendo sido implantado no ano seguinte. Atualmente, o IFRO conta com 11 *campi* distribuídos, a sua maior parte, em municípios ao longo da rodovia BR-364, em Rondônia.

No caso do Campus Porto Velho Calama, localizado na capital do Estado de Rondônia, o curso de Eletrotécnica em nível subsequente ao Ensino Médio consta entre os primeiros cursos que foram abertos, dispondo desde o início de profissionais qualificados para a oferta das disciplinas e demais atividades pedagógicas. Apesar da qualificação docente e do empenho dos gestores em assegurar o bom termo do curso, a evasão de estudantes é significativa, tendo chamado nossa atenção para a busca da compreensão dos fatores a ela correlacionados.

A evasão escolar ocorre em todos os níveis e modalidades de ensino e sobre ela incidem problemas intrínsecos e extrínsecos à escola – o que a configura como problema complexo, ou seja, problema que se insere na ordem da complexidade, da incompletude e que para sua compreensão, desafia a fragmentação do saber e as abordagens fragmentadas.

Considerando a EPT, a evasão escolar nessa modalidade corresponde a uma problemática persistente e ainda pouco estudada, apesar de representar um dos mais relevantes desafios dessa modalidade educacional no Brasil [1], [2], [3].

Para [1], as demandas no mundo do trabalho no atual contexto da conjuntura social e econômica no Brasil, têm-se refletido na expansão da oferta de cursos de qualificação e formação profissional, em especial no nível técnico, todavia, a questão da evasão e da permanência dos estudantes nesse nível de ensino ainda é carente de estudos, sobretudo de estudos que considerem os aspectos concernentes à permanência e às vivências dos estudantes no curso técnico. Para a autora, é relevante compreender os fatores intervenientes na evasão e no êxito.

Trata-se de problema complexo, multifatorial e com implicações sobre a vida do indivíduo (o estudante que evade), sobre a vida da sociedade e da instituição escolar em seus vários aspectos, implicações as quais buscaremos problematizar ao longo deste texto.

Em pesquisa no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, no mês de novembro de 2019, com o uso do descritor “EPT” e a aplicação dos filtros “teses” e “anos 2016, 2017, 2018” selecionamos os 60 primeiros trabalhos para leitura flutuante e constatamos que do total selecionado, apenas 10% se referem em alguma medida à evasão escolar na EPT.

A carência de estudos sobre evasão escolar na EPT foi enunciada por [4], na tese intitulada “Estudo Comparado sobre evasão escolar na Educação Profissional - Brasil e Argentina”. E antes mesmo do estudo de [4], [2] alertara sobre esse problema, informando que no ano de 2015 havia apenas 11 dissertações e uma tese de doutorado que versava sobre o assunto, conforme dados que coletara junto à Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para [2]

Tais números devem ser considerados ínfimos diante da expansão da Rede Federal de Educação Profissional que contabiliza mais de 562 (quinhentos e sessenta e dois) *Campi* em todo o Brasil, gerando mais de um milhão e cem mil vagas. Diante de toda a trajetória de mais de cem anos da Educação profissional, a evasão tem sido um fenômeno.

Assim, o desenvolvimento de estudos acerca da temática em tela é relevante não só para o enfrentamento local do problema, como também contribui com a literatura sobre o assunto.

Em 2012 o problema da evasão escolar na EPT foi fator de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que emitiu recomendações para que os IF caracterizassem a evasão e adotassem medidas para reduzi-la, dentre outras ações. Ele buscou identificar as causas da evasão, por entender que essa informação é necessária para a formulação de políticas públicas de enfrentamento do problema

A partir da referida auditoria foi estabelecido o Acórdão n. 506/2013 [5], que requereu da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC uma série de ações para o combate à evasão. As recomendações do relatório e o compromisso firmado no Acórdão 506/2013 foram divulgados em todas as unidades da rede e estas organizaram reuniões de estudo e planejamento para atendimento à demanda.

O IFRO – Campus Porto Velho Calama realizou reunião para debater o assunto junto a seu corpo de servidores e instituiu a Comissão de Permanência e Êxito, para tratar do acompanhamento escolar dos estudantes visando a que concluam seus cursos em tempo hábil e de forma exitosa. Em escala mais ampla, foi criada a Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar – RIMEPES [4].

No caso do IFRO, além da criação da Comissão de Permanência e Êxito, foram estabelecidas ações de suporte pedagógico, como atendimento individualizado ao aluno (plantão pedagógico semanal), reforço escolar e cursos de nivelamento. Essas oportunidades, entretanto, foram pouco acessadas pelos estudantes do curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica, em razão da própria condição social desses estudantes, que são, em sua maioria, estudantes trabalhadores que possuem o apenas o período noturno para se dedicar aos estudos.

Por serem estudantes trabalhadores, não dispõem de tempo para frequentar as atividades de apoio pedagógico que ocorrem no período diurno, e mesmo as tentativas de ofertá-las em dia de sábado não lograram êxito, sendo marcadas por absenteísmo.

No Curso Técnico subsequente em Eletrotécnica do Campus Calama a evasão apresenta cifras elevadas: em 2015, houve 40 alunos matriculados, dos quais 22 evadiram – o que representa taxa de evasão de 55%. Em 2016, houve 42 estudantes matriculados e desses 17 evadiram. Nesse ano houve redução da taxa percentual de evasão de quase 15% em relação ao ano anterior, totalizando 40,47%. Quanto ao ano letivo de 2017, foram matriculados 30 alunos, dos quais 11 perderam o vínculo com a instituição sem ter concluído o curso, perfazendo um total de 36,6% de evasão. No ano de 2018 não houve abertura de novas vagas para o referido curso, sendo oportunizado apenas a re-oferta de disciplinas para alunos já matriculados que haviam sido retidos nas disciplinas por nota ou por falta.

No presente estudo, a evasão foi conceituada como abandono do curso, fenômeno que ocorre quando o aluno deixa de frequentar o ambiente escolar, rompendo o vínculo jurídico estabelecido [6]. No endosso de [6], [2] esclarece que “A evasão escolar é quando o educando sai da instituição antes da conclusão da série ou etapa, abandonando o curso, finalizando o compromisso de permanecer na escola”.

Conforme [3], trata-se de um tema que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que ainda ocupa espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação. Para [2], entretanto, a historicidade desse tema no que diz respeito a seu tratamento acadêmico é recente. Segundo afirma: “No Brasil, somente na década de 90, é que as pesquisas começam a dar destaque ao referido tema”.

A nosso ver, enquanto problema empírico, a evasão é assunto que orbita a preocupação de docentes e gestores escolares desde longa data, constituindo-se, na década de 1990, como problema político que desde então, de maneira mais sistemática, tem desafiado à reflexão acadêmica especializada.

São vários os fatores que convergem para a evasão escolar, e estes podem ser classificados em dois conjuntos: o de fatores extraescolares e o de fatores intraescolares. Buscaremos nomeá-los ao longo deste texto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E PERCURSO METODOLOGICO

Esta pesquisa configura-se como pesquisa exploratória, de objetivos descritivos e perfil misto (quali-quantitativa).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa lançamos mão da aplicação de questionários desenvolvidos na plataforma *Google Forms* e enviados eletronicamente a gestores, docentes e técnicos do Campus Porto Velho Calama, com a finalidade de avaliar as interpretações sobre o problema da evasão escolar e das políticas de fomento à inclusão, permanência e êxito dos estudantes na modalidade educacional, subsequente ao ensino médio.

As análises dos dados foram desenvolvidas com o suporte do método da pesquisa documental. De acordo com [7], a pesquisa documental assemelha-se à bibliográfica, sendo que a diferença entre ambas reside na natureza das fontes, pois enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado tema, a documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento.

A coleta de informações foi realizada no banco de dados da plataforma Painel de Indicadores do IFRO, no Departamento de apoio ao Educando, junto à Coordenação de Registros Acadêmicos, ao Departamento de Apoio ao Ensino do Campus Porto Velho Calama e ao setor de Pesquisa Institucional do IFRO, este último localizado na reitoria.

O *corpus* documental da pesquisa foi constituído por relatórios e tabelas disponibilizados pelos referidos setores, bem como pelos questionários aplicados. As respostas registradas nos questionários foram tabuladas em Escala tipo Lickert de cinco níveis. Esclarecemos que na referida escala há dois extremos e o meio é ponto de indiferença da questão, ou ponto nulo. Esse tipo de tabulação é útil para o conhecimento não só do nível de compreensão sobre dado problema, mas da intensidade como se percebe suas implicações.

A problemática investigada foi pensada, ao longo deste estudo, na esteira da Teoria da Complexidade [8], por entendermos que tal perspectiva permite uma abordagem abrangente e honesta, que busca superar a fragmentação e a simplificação, a redução a fórmulas e receituários, reinserindo o objeto nas relações complexas onde sempre esteve, mas que por operações mentais (bem intencionadas) fora deslocado. Temos por base desse exercício que [8]

O conhecimento científico também foi durante muito tempo e com frequência ainda continua sendo concebido como tendo por missão dissipar a aparente complexidade dos fenômenos a fim de revelar a ordem simples a que eles obedecem. Mas se resulta que os modos simplificadores de conhecimento mutilam mais do que exprimem as realidades ou os fenômenos de que tratam, torna-se evidente que eles produzem mais cegueira do que elucidação, então surge o problema: como considerar a complexidade de modo não simplificador? Este problema, entretanto, não pode se impor de imediato. Ele deve provar sua legitimidade, porque a palavra complexidade não tem por trás de si uma nobre herança filosófica, científica ou

epistemológica. Ela suporta, ao contrário, uma pesada carga semântica, pois que traz em seu seio confusão, incerteza, desordem

Dizer que trabalhamos na perspectiva do pensamento complexo significa dizer que buscamos superar as análises disjuntivas, fragmentadoras para construir um conhecimento multidimensional, embora reconhecendo que a incompletude e a incerteza estarão presentes, pois “um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria, de uma onisciência” [8]. Procuramos desse modo, contribuir para a reorganização do sistema de pensamento acerca do problema da evasão escolar, considerando-o no tecido complexo das relações sociais onde está inserido.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

OS DESAFIOS DA EPT

O presente trabalho, ao problematizar a questão da evasão escolar em Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio, entende necessário discutir a relação educação e trabalho, uma vez que o trabalho é entendido, nesta modalidade educacional, como princípio educativo e elemento central do processo de humanização.

[9] afirma que o trabalho é parte constituinte da existência humana, pois ao moldar a natureza para atender às suas necessidades o homem desenvolve previamente processos de subjetivação: ele imagina o que irá criar, como irá criar, e que efeitos sua obra poderá resultar para si e para os outros. [10] corrobora com [9], afirmando que o homem é produto de seu trabalho, que ele se constrói, aprende e se desenvolve por meio da atividade laboral.

Esse sentido filosófico, ontológico do trabalho vem sendo desafiado por sua apropriação capitalista. Ao mesmo tempo em que ele representa possibilidades quase que ilimitadas de criação e expressão da capacidade humana, também funciona como uma espécie de prisão, quando esse trabalho é empregado no desenvolvimento de processos produtivos exploratórios e alienantes, em que o trabalhador domina apenas uma pequena parte do processo produtivo e desconhece seu produto final.

No enalço da reflexão sobre o trabalho é importante considerar ainda o crescimento de relações trabalhistas marcadas pela fragilidade dos direitos, pela falta de estabilidade e pela informalidade. Relações essas que maximizam o exército industrial de reserva [11] baixando o valor dos salários e aumentando a competitividade entre as pessoas. Vale lembrar ainda que a necessidade de trabalhar para sobreviver, exerce forte pressão sobre o corpo e a mente

humana, dificultando muitas vezes o acesso à escola e às condições de aprendizagem. Não é raro alunos desistirem de estudar por terem de trabalhar, ou por não conseguirem conciliar estudo e trabalho. Em face das premências materiais é tendência que esses alunos optem pelo trabalho e coloquem o estudo em segundo plano.

Trabalho e educação são, portanto, categorias centrais da EPT, constituem as bases conceituais dessa modalidade de ensino, de modo que sua compreensão por parte dos profissionais da educação é essencial para o desenvolvimento de uma educação libertadora.

Conceituamos Educação Profissional e Tecnológica de acordo com [12]: modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB) com a finalidade precípua de preparar ‘para o exercício de profissões’, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos

A EPT é uma modalidade educacional que possui desafios amplos e difíceis. Conforme [2],

Essa deve ser a finalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ou seja, não se curvar às conveniências mercantilistas definidas pelo mercado de trabalho, nem tão pouco adequar-se à ‘formação escolar’, mas comprometer-se com o refreamento das desigualdades sociais, a expansão socioeconômica, relacionadas à educação básica ofertada por uma escola pública de qualidade. Entretanto, esta modalidade de educação deve estar integrada ao mundo do trabalho, com diversas outras políticas e ações públicas e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

[2] Ressalta, ainda, que é dever da EPT viabilizar ao educando o pleno desenvolvimento de suas habilidades e competências a fim de construir saber relacional. A conexão com a realidade deve possibilitar a problematização acerca do seu lócus e de como poderá colaborar para o desenvolvimento local, regional e global.

O pensamento de [2] alinha-se ao de [13], que propõem que a experiência educativa, mesmo no âmbito da modalidade “educação profissional”, não pode ser tecnicista, mas precisa ser humanizadora:

[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substancialmente formar

No Brasil recente, umas das instituições que tem se destacado na oferta da EPT com essa perspectiva emancipadora do trabalhador são os Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais – IF têm contribuído de forma significativa com a oferta de Educação Profissional, por meio de cursos diversos, nas várias modalidades: FIC, Subsequente, Ensino Médio Integrado, Ensino Superior e Pós-graduação.

A última década foi marcada por rápida expansão da rede federal de EPT, todavia, agora se faz necessário ajustar e melhorar os processos educacionais, visando identificar e sanar as falhas e reduzir os fatores que levam o educando a abandonar os cursos. Embora esteja imersa nas complexas relações próprias ao sistema capitalista a EPT é capaz de contribuir com a ascensão econômica dos estudantes, bem como de auxiliá-los a consolidar um instrumental crítico, de leitura do mundo e das próprias relações de trabalho.

Se trabalhar é uma necessidade para se garantir a sobrevivência, e se o trabalho é perpassado por disputas e desafios de classe, o que a EPT pode fazer é se empenhar para formar um trabalhador apto ao exercício profissional e capaz de compreender e transitar de modo autônomo no universo dessa relação, sendo capaz de contribuir com o desenvolvimento socioprodutivo, mas também capaz de compreender o sistema em que está inserido, de lutar por seus direitos e agir de forma ética e responsável perante a sociedade e o meio ambiente. Trata-se, portanto, de um desafio complexo, que demanda consolidar tanto o conhecimento técnico como o conhecimento histórico, filosófico e sociológico.

Por outro ângulo, essa postura “conciliadora de classe” da EPT apresentada como alternativa possível a esse tempo – até que não ocorra a superação das formas e relações produtivas hegemônicas vigente, é fortemente questionada por [14]

Limitar uma mudança educacional radical às margens correctivas auto-servidoras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objectivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, procurar margens de *reforma sistemática* no próprio enquadramento do sistema capitalista é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente

Essa contradição referente aos sentidos do termo trabalho e à sua apropriação foi problematizada por [9], o qual declara que se trata, de fato, de termo complexo, cujos sentidos e práticas associadas variam historicamente.

PERFIL DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ELETROTÉCNICA E DE SEU ALUNADO

O Técnico Subsequente é uma modalidade que tem como pré-requisito a conclusão do Ensino Médio ou equivalente. É uma oportunidade formativa para pessoas que já concluíram o Ensino Médio, mas que não se sentem preparadas ou não desejam ingressar no Ensino Superior, para pessoas que desejam certificar conhecimentos acerca da profissão que já exercem e para pessoas que concluíram o Ensino Médio e desejam aprender uma profissão técnica, atualizar conhecimentos ou complementá-los.

Os cursos técnicos subsequentes possuem duração de 02 anos e habilitam os estudantes ao exercício das profissões para as quais foram habilitados pelo curso.

No IFRO - Campus Porto Velho Calama são ofertados atualmente os cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio em Eletrotécnica, em Edificações e Manutenção e Suporte de Computadores. Esses cursos possuem duração de dois anos, sendo oportunizada sua integralização em no mínimo três e no máximo seis semestres. A conclusão em um ano e meio é possível aos alunos que anteciparem disciplinas ou que obtiverem reconhecimento de saberes e competências.

O Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica é ofertado pelo Campus Porto Velho Calama desde 2011. Trata-se de curso de oferta noturna, e de demanda considerável pelo setor empresarial local e regional, sobretudo o energético.

Em leitura do Projeto Pedagógico do Curso de Eletrotécnica (versão aprovado pela Resolução nº 05/CEPEX/IFRO/2017) [15], verificamos que ao final de sua formação, este aluno (discente) há de ter habilidades que o tornem apto ao mundo do trabalho e que seja um profissional que projeta, instala, opera e mantém elementos do sistema elétrico de potência. Elabora e desenvolve projetos de instalações elétricas industriais, prediais e residenciais e de infraestrutura para sistemas de telecomunicações em edificações. Aplica medidas para o uso eficiente da energia elétrica e de fontes energéticas alternativas. Executa procedimentos de controle de qualidade e gestão. A atuação do Profissional Técnico em Eletrotécnica ocorrerá ainda nos ambientes de empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; grupos de pesquisa que desenvolvam projetos na área de sistemas elétricos; laboratórios da área, dentre outros.

O Curso foi definido em eixos temáticos que abordam temas específicos, conforme detalhado na Figura 1:

Figura 1: Eixos e Disciplinas do Curso

	Núcleos de Formação	Dimensão	Disciplinas/Atividades
Base	Instrumentalização e desenvolvimento da competência técnica	O sujeito e a construção do conhecimento técnico aplicado ao setor tecnológico	Português Instrumental
			Inglês Instrumental
			Desenho Técnico
			Eleticidade básica e Medidas elétricas
Formação Específica	Efetivação dos processos de gerenciamento e aplicação dos conceitos da profissão	Normatização da ação humana, coletiva e responsável do Técnico.	Eletrônica Digital
			Eletrônica Analógica
			Acionamentos Elétricos e Proteção
			Máquinas Elétricas
			Circuitos Elétricos CA
			Matemática Aplicada
			Eletrônica de Potência
			Desenho em CAD
			Metodologia Científica e Ética Profissional
			Empreendedorismo
Atividades complementares	Ação e produção: sustentáculos da prática profissional	A construção da prática profissional e a intervenção na sociedade	Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos
			CLP e Supervisório
			Manutenção Elétrica Industrial
			Instalações Elétricas I
Atividades complementares	A amplitude do trabalho educativo junto à sociedade rondoniense	A amplitude do trabalho educativo junto à sociedade rondoniense	Projetos Elétricos
			Instalações Elétricas II
			Instalações Elétricas de Distribuição AT/BT
			Visitas técnicas, jogos, mostras, seminários, olimpíadas, pesquisa, atividades laboratoriais e outras.

Fonte: IFRO Campus Porto Velho Calama, 2017.

Os eixos formadores centram-se na construção das habilidades técnicas, negligenciando aspectos necessários à formação cidadã e as vivências acadêmicas que poderiam tornar o curso mais atrativo aos estudantes. Um ponto que deixa isso evidente é o fato de Metodologia Científica e Ética Profissional, que são campos do conhecimento diferentes, com discussões e especificidades próprias, serem tratadas conjuntamente, como uma única disciplina, sem condições de aprofundar nem uma, nem outra. Também é digno de nota o fato de a disciplina “Empreendedorismo” ser apresentada de forma exclusiva, sem compartilhamento com outro campo do conhecimento, mas também sem um direcionamento: “Empreendedorismo para...” Entende-se como primordial a revisão do Projeto Pedagógico do Curso para corrigir as falhas como as apresentadas acima.

Quanto aos estudantes, apresentam um perfil mais maduro, sendo que todos são maiores de 18 anos e muitos já ultrapassaram a casa dos 35 anos. Em sua maioria são pais e mães de família e trabalham durante o dia. Quanto ao gênero, predomina o masculino, sendo que de 2015 a 2017 foram matriculados 112 homens e 15 mulheres. O total de homens que

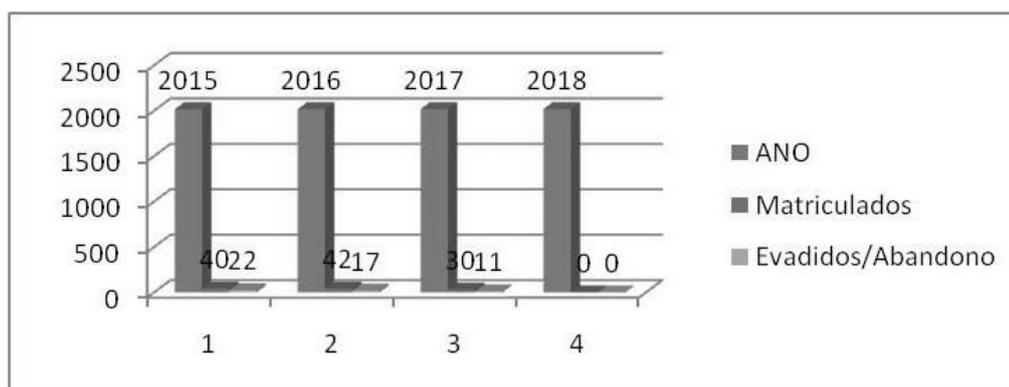
concluíram o curso até o momento da coleta de dados foi de 35 e o de mulheres 06. O número de alunos concluintes é da ordem de 31,25%.

Destaca-se que a Coordenação de Registros Acadêmicos do Campus classifica como evasão não só a desistência/abandono, como também as transferências para outras unidades do IFRO e as transferências para outros IF.

Quanto ao rendimento econômico, a média salarial familiar é de 1,5 salários mínimos, bem abaixo da média municipal registrada pelo IBGE, que é de 3,3 salários mínimos [16] (IBGE, 2010).

O movimento de matrícula e evasão é variado, como pode ser observado na figura 2.

Figura 2: Relação matrícula/evasão no Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica – IFRO – Campus Porto Velho Calama.

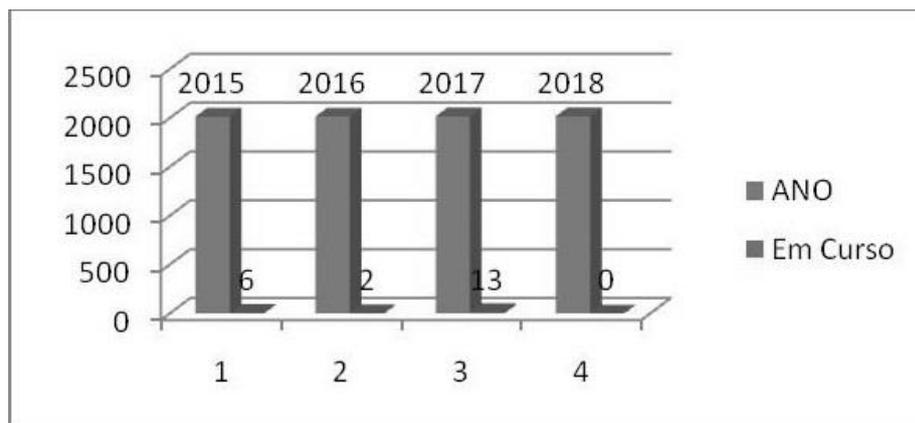


Fonte: O Autor (2019). Elaborado com baseada em informações colhidas junto ao SITEC.

A evasão escolar nesse curso é como visto acima, elevada, representando um dos desafios mais significativos do referido curso.

Ao se considerar o número de alunos que permanecem matriculados no curso, considerando-se o ano de ingresso, tem-se as seguintes informações, expressas na figura 3.

Figura 3: Alunos com matrícula ativa, por ano de matrícula no Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica – IFRO Campus Porto Velho Calama



Fonte: O Autor (2019). Elaborado com baseada em informações colhidas junto à Coordenação de Registros Acadêmicos.

No intervalo de 2015 a 2018 o número de alunos que está em curso é de apenas 21, o que em relação aos 112 matriculados no período, representa 18,75%.

Esses estudantes, em geral, frequentam o Campus apenas no período noturno e não vivenciam o conjunto de experiências e oportunidades que ele oferece, por exemplo: atividades culturais, curso de música, canto coral, semana nacional de Ciência e Tecnologia, semana nacional do Meio Ambiente, iniciação científica, participação em projetos de pesquisa e extensão, jogos escolares, entre outros.

Quanto ao acesso à política de assistência estudantil, os estudantes da modalidade Subsequente ao Ensino Médio em situação de vulnerabilidade socioeconômica acessam auxílios da assistência estudantil apenas em função da autonomia administrativa e financeira da instituição, porque conforme [17], os estudantes do nível Subsequente ao Ensino médio não fazem jus aos auxílios dos programas de Assistência Estudantil executados pelo IFRO:

Art. 1º Os Programas de Assistência Estudantil, executados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO – têm como finalidade ampliar as condições de permanência e conclusão do curso do estudante devidamente matriculado nos cursos presenciais técnicos de nível médio e de graduação oferecidos em seus campi, em conformidade com o que preconiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Decreto nº 7.234/2010/PNAES.

A iniciativa da gestão do Campus em estender os programas de auxílio aos alunos do subsequente justifica-se pela intenção de minimizar as desigualdades socioeconômicas e assegurar a inclusão educacional de estudantes em situação de vulnerabilidade que de outro modo encontrariam dificuldade em permanecer no curso.

No caso dos estudantes do Curso de Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio, os programas da assistência estudantil dos quais foram beneficiários foram o PROCAL- Programa de Auxílio à Alimentação, PROCAT- Programa de Auxílio Transporte, PROAP- Programa de Auxílio Permanência e PROAC – Programa de Auxílio Complementar, conforme descrito no quadro 1:

Quadro 1: Distribuição de auxílios estudantis, IFRO – Campus Porto Velho Calama

2015		2016		2017		2018	
PROCAL	PROCAT	PROCAL	PROCAT	PROCAL	PROCAT	PROAP	PROAC
17	12	32	20	19	10	4	1

Fonte: O Autor (2020). Informações baseadas em dados fornecidos pelo DEPAE/IFRO CALAMA.

Embora o Campus tenha envidado esforços para reduzir a evasão escolar na modalidade Subsequente ao Ensino Médio destaca-se que a transferência de recursos financeiros, mediante os programas de assistência estudantil, embora relevante não tem se mostrado suficiente para sanar o problema. Ainda assim, considera-se positiva a política institucional de transferência de recursos a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, pois muitos não possuem meios para a aquisição do vale transporte, de modo que não conseguem chegar ao Campus, ou precisam racionar a frequência, escolhendo quais dias da semana poderão ir. Outros, por sua vez, enfrentam dificuldade para conseguir se alimentar durante o período de estudos e para adquirir os materiais necessários para participar das atividades pedagógicas (livros, apostilas, botas de borracha e outros elementos que compõem os EPI).

O suporte psicopedagógico do Campus a esses estudantes não supre a demanda, o que impacta negativamente até na produção de registros sobre a evasão. Muitos estudantes evadiram e a instituição desconhece os motivos por não haver acompanhamento educacional adequado em relação às dificuldades desses estudantes, elas não são triadas, discutidas e trabalhadas e tempo oportuno.

Com base no exposto nota-se uma relação de mão dupla: de um lado, baixa aproximação do Campus em relação à vida desses alunos, e do outro, alheamento dos alunos à vida da instituição. O produto dessa relação é a evasão e o fracasso escolar.

OS FATORES DA EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é motivada por múltiplos fatores, alguns de ordem interna à escola, outros de ordem externa a ela. Frequentemente, esses conjuntos de fatores se entrecruzam e se somam, configurando situações-limite que colocam o estudante perante a difícil decisão de continuar estudando ou de se dedicar a outras atividades. No caso do aluno trabalhador adulto, é comum que essa situação limiar seja expressa nos termos: “estudar ou trabalhar?”. Sem dúvidas, conciliar trabalho e estudo é um desafio significativo, mas entendemos que o problema da evasão não se limita a esses dois termos. Entre estudar e trabalhar está ainda o “viver”. Há, portanto, muitas outras questões envolvidas, que constituem o quadro complexo de desafios e possibilidades da vida de um estudante. Procuraremos nomear algumas dessas questões.

Em uma abordagem materialista da história, a evasão escolar corresponde, no limite, a um problema social de matriz econômica. Ela é produto de dessimetrias econômicas que se coadunam em desigualdade social, notadamente, desigualdade no acesso à educação, aos recursos de suporte à aprendizagem (cursos extras, materiais didáticos e culturais, apoio médico e psicopedagógico extra), recursos para a permanência (alimentação, transporte, roupa, calçado, materiais didáticos, conhecimento linguístico satisfatório) e mesmo a herança cultural familiar, que se soma ao volume global de capital cultural acumulado [18] (BOURDIEU, 2007).

Essa abordagem materialista tem sido a base para a explicação dos fatores extraescolares relacionados à evasão: necessidade de trabalhar, necessidade de ajudar no sustento familiar ou de assegurar esse sustento, problemas financeiros que dificultam ou impedem o acesso à escola, conflitos familiares (embora nem sempre exclusivamente relacionados a problemas econômicos), prestígio do curso, da profissão e satisfação quanto à remuneração financeira decorrente de seu exercício. Questões étnico-raciais e de gênero também são elencadas dentre os fatores extraescolares que se correlacionam à evasão. Desigualdades econômicas, étnico-raciais e de gênero seriam, desse modo, o tripé de sustentação das explicações sobre evasão escolar no que diz respeito aos aspectos exteriores à escola, conforme evidenciado por [2]:

A evasão escolar é uma questão social que advém da desigualdade social no Brasil, sendo que a descontinuidade dos estudos ocasiona prejuízos para o aluno, para a família, para a escola e para a sociedade que terá um trabalhador menos qualificado,

ou até mesmo sem qualificação nenhuma, ocasionando-lhe má remuneração ou o próprio desemprego, reproduzindo a exclusão

A nosso ver, considerar que tais fatores são externos à escola significa concebê-la de forma idealizada, como instituição desconexa da realidade. A escola é instituição social que interage com todos os problemas que lhe cercam e pode tanto servir como instrumento para reproduzi-los, como para propor estratégias de enfrentamento e superação.

Seria ingênuo dizer que problemas econômicos, desigualdades e preconceitos de gênero, raça, cor e etnia não sejam problemas da escola, mas problemas externos a ela. Desse modo, quando falamos de fatores internos e externos à escola, é preciso esclarecer que o que se tem em mente é uma intenção classificatória – a intenção de mais bem definir o que é de ordem intraescolar e o que é de ordem extraescolar, sabendo-se que as fronteiras entre esses conjuntos de fatores são tênues e arbitrárias, e que tais fatores não são estanques, mas dinâmicos – por isso, grafados sob o signo da complexidade.

Quanto aos fatores intraescolares relacionados à evasão, pode-se apontar: falhas no processo pedagógico (na concepção do curso, na distribuição e escolha do itinerário formativo, nas estratégias de ensino e avaliação), falha no processo de acompanhamento escolar, problemas de infraestrutura (falta de espaços pedagógicos adequados e de materiais e recursos didático-pedagógicos), falta de competência técnica para o trato da diversidade (diversidade de gênero, de etnias e condições de aprendizagem), falta de capacitação e de recursos para o atendimento educacional especializado (gestão das dificuldades e necessidades educacionais especiais), falhas na comunicação e na integração dos discentes ao conjunto de atividades desenvolvidas na escola, falta de um projeto coletivo voltado à construção de identidade e pertencimento à instituição, falta ou falha na política de assistência estudantil, falta de adaptação do estudante à escola (seu funcionamento, rotinas e currículo).

Todos esses limites e falhas descritos no rol dos fatores intra e extraescolares relacionados à evasão foram notados, em alguma medida, no curso analisado. Houve evasão de estudantes com necessidades educacionais especiais, que evadiram sem receber o acompanhamento multiprofissional devido, houve evasão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que desistiram do curso por não dispor de recursos para chegar ao Campus, houve evasão de estudantes que, em razão de pressões financeiras, não conseguiu conciliar trabalho e estudo, houve evasão de estudante em função das formações

de gênero e da falta de apoio familiar, fatores que as levaram a interpretar **equivocadamente** o curso como inadequado às mulheres. Houve também evasão de estudantes por motivos pessoais, que extrapolam os fatores extraescolares e intraescolares, inserindo-se naquilo que chamamos de demandas do “viver”.

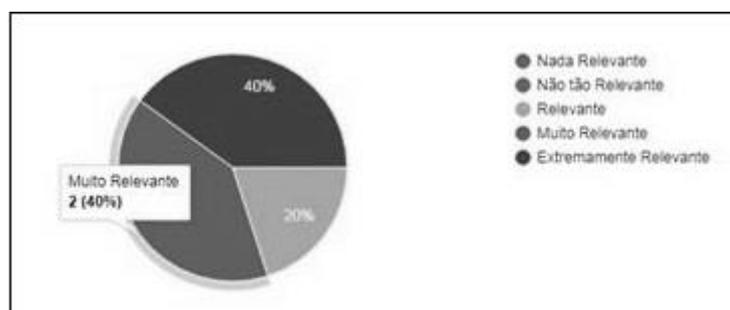
Em muitos casos ocorreu a sobreposição de fatores, conforme evidenciado na documentação analisada. E de igual modo, cabe notar que a maioria dos casos de evasão passou ao largo dos registros e acompanhamento institucional.

Nas interpretações dos gestores, a relação entre evasão escolar e a política de permanência e êxito da instituição é baixa. Sinteticamente, para eles, a política de permanência e êxito é adequada e eficaz na garantia do direito à educação e em prover mecanismos de acesso, permanência e êxito, de modo que a evasão escolar não resulta de falhas da mesma, mas de outros fatores.

Os gestores identificaram como fatores relacionados à evasão problemas como a dificuldade de acesso à instituição, problemas de relacionamento interpessoal vivenciados pelos estudantes, dificuldade em conciliar estudo e trabalho, falta de integração entre os componentes curriculares entre si, e a necessidade de maior integração do curso com o mundo do trabalho. Quanto à avaliação que realizaram acerca da Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO, esta foi vista como eficaz e “extremamente relevante” por todos os participantes da pesquisa.

Apresentamos abaixo os resultados registrados nos questionários aplicados, conforme tabulação em escala Lickert.

Figura 4: Fator acesso à instituição



Fonte: O Autor (2020).

As condições de acesso à instituição foram vistas como fator de relevância para 80% dos entrevistados. Por condições de acesso consideram-se os recursos materiais que viabilizam ao aluno frequentar o curso, tais como a existência de transporte público ou de veículo particular, recurso para aquisição do vale transporte ou do combustível para abastecimento de veículo particular, conforme o caso e recursos para permanecer nas aulas, como alimento ou dinheiro para se alimentar.

O fator problemas de relacionamento interpessoal, seja no âmbito escolar, seja no familiar também foi indicado pelos gestores e docentes e entrevistados como fator relevante do ponto de vista do potencial em contribuir para a evasão, conforme demonstrado na Figura 5.

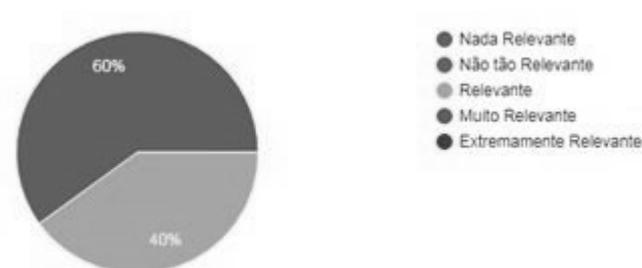
Figura 5: Fator relacionamento interpessoal



Fonte: O Autor (2020).

Outro ponto que merece ser destacado é o reconhecimento, por parte da instituição da existência de distanciamento entre teoria e prática no curso em análise, como podemos evidenciar na Figura 6.

Figura 6: Percepção de distância entre Teoria e Prática no Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica



Fonte: O Autor (2020).

Os entrevistados também consideram como fator decisivo as condições socioeconômicas do educando:

Figura 7: Percepção de fatores socioeconômicos na evasão escolas do Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica



Fonte: O Autor (2020).

De igual modo, não houve dentre os entrevistados quem não notasse a implicação dos fatores intraescolares “currículo, horários e carga horária do curso” como influente no processo de evasão do curso em comento, sendo este fator percebido como extremamente relevante e muito relevante para a maioria dos entrevistados.

Os professores que participaram da enquete perceberam, além dos fatores elencados pelos gestores, a existência de déficits decorrentes do processo de escolarização básica, falta de condições adequadas para o estudo no espaço doméstico e falta de tempo para frequentar as atividades de reforço e acompanhamento escolar que são oferecidas pela instituição. Os déficits decorrentes das falhas na educação básica percebidos pelos professores, e os problemas familiares apontados pelos gestores foram também constatados por [19].

A equipe de pesquisa identificou, além dos fatores já mencionados, baixa comunicação entre a instituição e os alunos do curso Subsequente em Eletrotécnica, resumindo esta comunicação a aspectos burocráticos, e identificou também uma percepção generalizada de o curso possuir pouco prestígio, apesar de ter as vantagens de oferecer profissionalização rápida em uma área de elevada demanda no município de Porto Velho e, por conseguinte, de boa empregabilidade. A remuneração inicial de um técnico em

eletrotécnica recém-formado, em Porto Velho, sem outros cursos de aperfeiçoamento, varia de 1,5 a 3 salários mínimos.

A demanda por esse profissional é crescente, tendo em vista termos de cooperação assinados entre o IFRO e a ENERGISA, e entre o IFRO e as usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, que tanto vêm contratando egressos do IFRO, como vem solicitando cursos de aperfeiçoamento e formação inicial e continuada para os profissionais já alocados em seus quadros.

Nesse sentido a falta de prestígio do curso/profissional relaciona-se ao fato de não ser um curso superior, mas sim um curso técnico de nível intermediário, e quiçá, a falta de conhecimento de seu potencial de empregabilidade e de formação continuada e verticalização. Ele pode representar, para os mais jovens, um bom início de carreira; já para os estudantes de mais idade, que já possuem família para sustentar, pode permanecer como inadequado, tendo em vista a remuneração inicial não ser muito elevada.

O problema da evasão escolar é conjuntural em uma sociedade de classes. Dele decorrem consequências negativas para o aluno desistente e para a sociedade.

Para o aluno evadido, pode-se estimar a conformação de um quadro de autoestima baixa, de limitadas perspectivas de trabalho e renda e de limitada capacidade de leitura do mundo (de limitada crítica social e de estreitos horizontes de cidadania). Para a sociedade, dentre as consequências negativas enumeradas constam a perda de dinheiro investido pelo Estado (vaga ociosa e sem retorno socioeconômico), o fechamento de turmas, cursos e até mesmo de escolas, o deslocamento de professores e o aumento do número de pessoas com baixa escolarização e capacitação para o trabalho [3]

Para sanar o problema da evasão escolar seria necessário enfrentar tanto os fatores extraescolares que a ele se vinculam, como os fatores internos à escola: superar as desigualdades socioeconômicas, assegurar igualdade de acesso, permanência e êxito a todos os estudantes, assegurar uma educação de qualidade a todos, promover uma educação capaz de encantar, conscientizar e fazer sentido para aqueles que chegam à escola cansados e desesperançosos de um futuro melhor. É preciso, ainda, promover uma educação capaz de compreender as diferenças e efetivar a inclusão, capaz de assegurar os direitos de aprendizagem de todos e de assegurar condições de trabalho, formação em serviço e remuneração digna aos profissionais que nela trabalham.

Em acréscimo às ações supracitadas [20] defendem ainda que:

[...] paralelamente à implementação de políticas efetivas que garantam boa formação inicial e contínua, assim como condições adequadas de trabalho para os profissionais da educação, é imprescindível que ocorram alterações no modelo de organização escolar, com mais possibilidades de uso dos tempos que não se limite à grade de horários, hoje fixa; com mais alternativas nos modos de agrupamentos dos alunos que permitam convívio diversificado e realização de trabalhos variados que incluam o individual, mas também o coletivo e, para isso, os ambientes de aprendizagem também têm de ser diversificados para além da sala de aula retangular. Será preciso, sobretudo, a construção de outro sentido para o trabalho escolar cujo centro deixe de ser a repetição da informação e passe para a produção de saberes.

Considerando o recorte empírico do estudo, entendemos ser fundamental dar mais atenção aos estudantes da modalidade subsequente, o que significa melhorar o processo de acompanhamento escolar (podendo-se utilizar, inclusive, dos recursos de educação à distância para reforçar conteúdos, favorecer a interação social e reforçar os avisos importantes), melhorar a produção e organização de dados a respeito de sua vida escolar e social mais ampla, melhorar a comunicação, informar de forma clara seus direitos e deveres e as possibilidades oferecidas pela política de assistência estudantil, inclui-os em projetos de iniciação científica e iniciação à extensão, em grupos de pesquisa e atividades culturais promovidas pela instituição. É indispensável, também, a revisão do Projeto Pedagógico do Curso.

É preciso ainda analisar as experiências passadas do curso, rever as práticas pedagógicas e institucionais e desenvolver um planejamento coletivo (envolvendo os alunos e corpo docente e técnico), com vistas a aumentar a eficiência do curso. Ressalta-se que o envolvimento dos estudantes nesse plano é crucial para a obtenção de bons resultados, porque envolverá responsabilidades e demandas que envolvem planejamento de vida. Nesse sentido, retoma-se a orientação de [21], segundo a qual

O planejamento de vida pressupõe um modo específico de organizar o tempo porque a construção reflexiva da auto-identidade depende tanto da preparação para o futuro quanto da interpretação do passado, embora ‘retrabalhar’ os eventos do passado seja sempre importante nesse processo.

Esse planejamento de vida que precisa ser estimulado pelo Campus precisa ser acompanhado de um novo planejamento pedagógico do curso, de modo a se corrigir desvios e equívocos do pensamento e se construir um consenso acerca do que fazer e de como fazer para assegurar o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes da modalidade subsequente. Para [13], o planejamento pedagógico implica “pensar certo”, de modo crítico e aprofundado,

pois é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se poderá melhorar a próxima prática.

O plano para aumentar a eficiência do curso e reduzir a evasão deveria contemplar, a nosso ver, ações que ampliassem a inserção dos estudantes no universo cultural da instituição. A baixa inserção dos estudantes na vida cultural da instituição é também um dos fatores que contribui para a evasão escolar, porque não favorece o desenvolvimento de sentimentos de identidade e pertencimento. A esse respeito [3] endossa que o nível de envolvimento dos alunos coma experiência escolar é um fator considerável na decisão de abandono e vincula-se intimamente ao seu desempenho educacional (rendimento). Desse modo, quanto maior o envolvimento do aluno com a escola melhor será o seu rendimento e maior será sua identificação com a instituição, o que aumenta as chances de ele se dedicar para superar as dificuldades do curso e concluí-lo exitosamente.

A construção de uma identidade estudantil e de pertencimento ao curso/instituição são, portanto, fatores positivos para a permanência e êxito.

Identidade e pertencimento são conceitos desafiadores, porque indicam fenômenos sociais que estão em constante movimento na modernidade. Vivemos um tempo em que as identidades já não são fixas e não se limitam a referentes étnicos ou nacionais, ao contrário, revelam-se cambiáveis e instáveis. Esse mesmo tempo também promove deslocamentos espaciais, diásporas, migrações, desterritorializações e reterritorializações, alterando as relações de pertencimento. Conforme argumenta [22]

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais 'lá fora' e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as 'necessidades objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nós projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Além da problemática da identidade, da diferença e do pertencimento, que subjaz como uma das matrizes explicativas do problema da evasão, não se pode olvidar dos demais fatores que se conjugam nessa equação. Não se pode esquecer que se trata de problema complexo, que demanda abordagens multidimensionais. Por outro lado, o caráter complexo do fenômeno estudado não deve servir de desculpa para negligências. Medidas mitigadoras devem ser adotadas tanto dentro quanto fora da unidade escolar, e mais do que nunca são

necessárias políticas públicas que auxiliem os estudantes a permanecerem e concluírem o curso.

No Brasil, o problema da evasão na Educação Profissional ainda não foi devidamente enfrentado. Na tese de doutorado de [4] em que desenvolveu estudo comparativo sobre evasão escolar na Educação Profissional no Brasil e na Argentina está posto que no período analisado (2003 a 2015), “As iniciativas [...] funcionaram de forma instável, buscando medidas que visam à coleta de informações para formulação das políticas, não logrando implementar a coordenação de uma política nacional de combate à evasão ou construir ações baseadas em diretrizes nacionais, como ocorre no caso argentino” [4]

Nesse sentido, a efetivação de uma política pública de combate à evasão, específica para a EPT é de suma importância. Essa política deve contemplar auxílio financeiro e material para a assistência estudantil dos alunos que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como orientar para um sistemático acompanhamento multiprofissional dos estudantes.

A disponibilização de recursos financeiros e humanos para a realização do trabalho de prevenção à evasão escolar é imprescindível [23].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão escolar é problema complexo, multifatorial e recorrente. Atinge todos os níveis e modalidades de Ensino, desafia as políticas públicas nacionais assim como os planos e políticas institucionais de permanência e êxito. Tem se revelado um problema conjuntural às sociedades capitalistas, com significativas intersecções de classe e etnia.

Na busca por conhecer melhor esse problema tem sido frequente operacionalizar o levantamento de fatores intraescolares e extraescolares relacionados ao fenômeno, e tem sido frequente propor medidas que consideram um ou outro conjunto de fatores, produzindo propostas de soluções fragmentárias e simplificadoras, que não o resolvem.

Na esteira do pensamento complexo [8], entende-se que é preciso superar a cegueira do pensamento ocidental hegemônico e reconduzir a ciência ao tecido social do qual faz parte, tecido que é inevitável complexo, irredutível, multifacetado, não determinado e dinâmico.

Ao considerarmos a evasão como problema complexo adotamos uma postura epistemológica que recusa reducionismos e reconhece suas limitações, reconhece a impossibilidade de um conhecimento absoluto, definitivo e verdadeiro sobre o fenômeno estudado, bem como a impossibilidade de propor uma fórmula que resolva a questão. Ao mesmo tempo, assumimos o compromisso ético da busca responsável, do diálogo e do debate público, na busca de se construir um inventário de possibilidades de gestão do problema. A gestão do problema da evasão escolar, seu enfrentamento seja no âmbito das práticas escolares cotidianas, seja no âmbito da formulação de políticas públicas é, acima de tudo, um compromisso com a inclusão e com a ampliação dos horizontes da cidadania.

No IFRO – Campus Porto Velho Calama o problema da evasão escolar se mostrou expressivo no Curso Técnico Subsequente: de 112 estudantes matriculados no período de 2015 a 2018, 62 evadiram, ou seja, 60.71% do total de alunos matriculados.

De modo sintético, pode-se afirmar que a evasão é negativa para a instituição, que se torna alvo de críticas e intervenções de órgãos de controle em função desses indicadores, é negativa para os alunos, que deixarão de obter a formação demandada, a qualificação profissional e o conjunto de experiências que poderia enriquecer culturalmente a sua vida, e também prejudica indiretamente a sociedade, que terá menos recursos humanos qualificados para atuar em sua esfera, e que pagou impostos para os quais não obterá retorno.

Dentre os principais fatores denominados “intraescolares” que se relacionam à evasão constam: falhas no processo pedagógico, no processo de acompanhamento escolar, na comunicação e no processo de integração/adaptação do discente no universo da escola, além de problemas de infraestrutura e recursos didático-pedagógicos, limitações na competência técnica para o trato da diversidade, falta de capacitação e de recursos para o atendimento educacional especializado, falta de um projeto coletivo voltado à construção de identidade e pertencimento à instituição e falha ou insuficiência de recursos aplicados na política de assistência estudantil.

Quanto aos fatores ditos “extraescolares” que incidem sobre a evasão, destacam-se: a necessidade de trabalhar para ajudar ou suprir o sustento familiar, falta de prestígio do curso e da profissão, insatisfação quanto à remuneração financeira decorrente do exercício da profissão habilitada pelo curso, além de questões étnico-raciais e de gênero.

É importante frisar que a classificação em “intraescolar” e “extraescolar” precisa ser vista com cuidado, pois apresenta o perigo de ser reducionista. Os dois campos não são desconexos. Em geral se interpõem e se entrecruzam. Ademais, a escola não é um universo à parte, objeto etéreo, com seus problemas e desafios internos, mas sim uma instituição que interage, reflete e refrata os diversos problemas da vida social. Desse modo, questões de gênero e étnico raciais, violência econômica, valorações e representações de prestígio não são externas a ela, mas fazem parte de seu cotidiano.

Constatamos ainda que os estudantes do curso analisado possuem baixa participação na vida cultural do Campus, o que dificulta o estabelecimento de identidade e pertencimento social ao curso e à instituição. Eles não participam dos programas de iniciação científica, de iniciação à extensão, dos grupos de pesquisa, dos jogos e atividades artístico-culturais. Por outro lado, esses estudantes também não são satisfatoriamente acompanhados pelo Campus. Seu perfil delinea-se como de estudantes de mais idade, trabalhadores e com família sob sua dependência. Como trabalham durante o dia, sobra pouco tempo para estudar e realizar as atividades demandadas pelo curso. Aulas de reforço escolar e atividades em contraturno não são viáveis para a maioria dos estudantes - o que desafia a instituição a definir novas estratégias e espaços pedagógicos.

O enfrentamento da problemática da evasão escolar no Curso Técnico Subseqüente em Eletrotécnica do Campus Calama representa um dos seus mais importantes desafios educacionais.

O enfrentamento responsável da problemática da evasão é condição *sine qua non* para o alcance dos objetivos institucionais. Sem isso ela não conseguirá efetivar a contribuição que a sociedade dela espera: formar trabalhadores e cidadãos capazes de atuar como agentes de transformação social, de forma produtiva e ética.

Há a expectativa social de que o IFRO possa contribuir com a formação de uma massa crítica apta a atuar tanto no mundo do trabalho, como na vida política, social e econômica. Ele tem, nessa perspectiva, a responsabilidade da qualificação profissional, mas também a da organização da classe trabalhadora – o que é desafiador, tendo em vista a configuração atual do sistema capitalista e o estágio epistemológico das discussões acerca da educação e do trabalho, conforme apontou [9]. Não obstante esse cenário complexo e desafiador é preciso acreditar numa educação que seja capaz de empoderar os trabalhadores

para que se apropriem, com liberdade, de seu próprio destino. Para isso, há o entendimento de que é imperioso promover uma formação politécnica e omnilateral, conforme vêm apregoando [10] e [24], dentre outros.

Para o caso analisado, recomenda-se a realização de um planejamento educacional voltado para a melhoria da eficiência do curso. Tal planejamento deve contemplar a participação de docentes, discentes e técnicos.

REFERÊNCIAS

- [1] BASSO, C. **Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do PRONATEC**. Tese de Doutorado, 198 f. Universidade Federal de Santa Catarina: Programa de Pós-graduação em Psicologia. Florianópolis, 2014.
- [2] NARCISO, L. G. S. **Análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: exclusão da escola ou exclusão na escola?** Dissertação de Mestrado, 262f. Universidade Federal de Santa Catarina: Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP), Florianópolis, 2015.
- [3] COSTA, E. F. **Descortinando a evasão escolar: o caso do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Vitória de Santo Antão**. Dissertação de Mestrado, 106f. Universidade Federal de Pernambuco: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Mestrado Profissional em Políticas Pública, Recife: 2018.
- [4] SILVA, D. B. M. **Estudo comparado sobre evasão escolar na educação profissional - Brasil e Argentina**. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação 2018. 346 f
- [5] TCU. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 506/2013**. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=8995696> Acesso em 13 de dez. 2019.
- [6] JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/739/1/2012Cristiane_Cabral_Johann.pdf Acesso em: 09 de jun. 2019.

- [7] GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002
- [8] MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- [9] FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009, p. 168-194.
- [10] SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 1989.
- [11] TRINDADE, H. Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017, p. 225 – 244.
- [12] MEC. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept> Acesso em 01 jul. 2019.
- [13] FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- [14] MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006 (Mundo do Trabalho).
- [15] IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio - Campus Porto Velho Calama**. Projeto Aprovado pela Resolução n.º 05/CEPEX/IFRO/2017. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/Campi/Calama/Documentos/Cursos/Eletr_Int/ppc-elerotecnica-integrado-2017.pdf. Acesso em 15 de Nov. de 2019.
- [16] IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Município de Porto Velho**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama>. Acesso em 22 de ago. 2020.
- [17] IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução n. 10/CONSUP/IFRO, de 10 de janeiro de 2018**. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2018/8485-resolucao-n-10-consup-ifro-de-10-de-janeiro-de-2018> Acesso em 14 de jan. 2019.
- [18] BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

- [19] TCU. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, junho de 2012.
- [20] GUALTIERI, R. C. E.; LUGLI, R. G. **A escola e o fracasso escolar**. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção educação & saúde; v.6)
- [21] GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.; 2002.
- [22] HALL, S. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- [23] COSTA, A. C.A “**Escola-sacrifício**”: representações dos alunos sobre a escola, o processo escolarização, a evasão escolar e a conciliação escola/trabalho. *Educação: Teoria e Prática*, v.8, n. 14/15, p. 8-14, 2000. Disponível em: <http://doi.org/10.18675/1981-8106>. Acesso em 13 de Nov. 2019.
- [24] MACHADO, L. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Trabalho Necessário**, ano 13, número 20, 2015, p. 234-251.